

O HOSPEDEIRO DAS ELITES

O caso Master revela, em estado puro, a disposição patrimonialista da elite nacional: a casa de máquinas burocrática estatal mobiliza-se não para preservar a ordem pública ou a credibilidade do sistema financeiro, mas para blindar interesses que passam por bancos, partidos e estruturas decisórias.

A instrumentalização de cargos, inquéritos e processos para proteger interesses e indivíduos gerou a maior crise no Judiciário desde a redemocratização. O Plenário deverá analisar a petição sobre o relatório da PF com mensagens entre Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro: se a ordem de André Mendonça foi regular, se o material é válido, se acolhem o pedido de nulidade da PGR e qual será o destino das informações que envolvem Moraes.

As instituições brasileiras já não são mais instrumentos de manutenção da ordem política, da estabilidade social e do bem comum, mas um aparato de proteção dos interesses da elite.

As crises institucionais deixam de ser anomalias e tornam-se instrumentos. Regras, processos e liturgias institucionais são ignorados, o abuso de poder foi normalizado, ritos processuais são negados a inimigos e ganham recursos excepcionais para defender aliados. O uso do poder institucional na política interna serve à autoproteção e cria um estado de exceção permanente, em que as regras são constantemente flexibilizadas para atender aos interesses da elite, enquanto o país permanece exposto ao sistema internacional sem cultivar soberania e independência.

Enquanto o Brasil vive esse estado de exceção provocado pela instrumentalização das instituições públicas, a arena política internacional – que não se importará com os conflitos internos e a autodestruição brasileira – já formaliza uma nova ordem, que demandará independência, soberania material e diplomacia de interesse de Estado.

A desglobalização em curso fragmenta cadeias produtivas e transforma moeda, tecnologia e insumos críticos em armas de influência e pressão. A China, paradoxalmente, posiciona-se como defensora do livre-comércio – obviamente visando manter sua posição como economia exportadora do mundo – e tenta internacionalizar sua moeda para reduzir a dependência do dólar, entrando em rota de colisão com os EUA.

Nesses processos, o Brasil aparenta ser vítima das circunstâncias: carece de autonomia monetária, de capacidade industrial e de articulação estatal para cultivar as estruturas necessárias à soberania. Em vez de caminhar para a independência estratégica que essa nova ordem demandará, o país aprofunda a dependência e a primarização. Não constitui independência para ser exigente em suas negociações com outras potências. Ocupa o espaço residual de quem exporta *commodities* de baixo valor agregado e importa tecnologia sem domínio das cadeias produtivas.

O Brasil de hoje opera como quintal da China: dependente da exportação de produtos primários, com pouco poder de barganha. A especialização em *commodities* e a assimetria frente ao comprador dominante comprimem a margem de manobra diplomática e produtiva – e comprimirão enquanto faltar independência produtiva e desenvolvimento industrial.

Enquanto isso, a elite nacional utiliza o poder público e sua influência para proteger a si mesma, quando é necessária a articulação de um projeto nacional, um projeto de vida comum para o Brasil.

Mas a elite brasileira deposita sua energia na proteção de seus interesses mesquinhos e acha que ainda tem legitimidade para manter seus altos postos na República.

- **O caso Master e a crise no Judiciário expõem a disposição patrimonialista da elite:** cargos, inquéritos e processos viram aparato de blindagem de interesses, não de ordem pública.
- **No estado de exceção permanente, regras e ritos são flexibilizados para aliados e negados a inimigos,** enquanto o país permanece sem cultivar soberania nem independência.
- **Sem projeto nacional de vida comum,** o Brasil aprofunda a primarização e opera como quintal da China — e a elite gasta o poder público protegendo a si mesma.

